

## Com vento a lagoa vira mar: uma etnoarqueologia da pesca no litoral norte do RS

### The wind turns the lagoon into sea: an ethnoarchaeology of fishing on the north coast of RS

Lucas Antonio da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

**Resumo:** Diversas comunidades de pescadores se encontram atualmente distribuídas ao longo do litoral gaúcho, demonstrando que a pesca tradicional-artesanal ainda possui grande importância na região. Entretanto, apesar da riqueza histórica e sociocultural dessas comunidades, praticamente inexistem pesquisas etnoarqueológicas sobre essas populações. Neste caso, entende-se que a etnoarqueologia é um campo de estudo que possibilita a compreensão da materialidade das populações vivas. Busca-se, através desta, o estudo da mobilidade, da sazonalidade e do uso dos espaços de pesca (pesqueiros) nessa comunidade. Para tanto, a sócio-anthropologia da pesca fornece o aporte necessário para compreender a dinâmica sociocultural destes grupos. Diante disso, adota-se a proposta de Antonio Carlos Diegues de que a pesca é um elemento de coesão social e que, portanto, constrói sociedades. Entende-se, nesse sentido, que a pesca não se trata apenas de uma questão produtiva, mas também da relação de vida que os pescadores possuem com estes espaços, sendo estes construídos socialmente através do conhecimento tradicional. Por meio das observações de campo realizadas até então, foi possível estabelecer um modelo de utilização dos espaços de pesca (pesqueiros) para a região em dois períodos distintos: a cheia (outono e inverno) e a vazante (primavera e verão).

**Palavras-chave:** Etnoarqueologia. Pescadores. Sazonalidade.

**Abstract:** Several fishing communities are currently distributed along the "gaúcho" coast, demonstrating that traditional artisanal fishing still has great importance in the region. However, despite the historical, social, and cultural richness of these communities, there is practically no ethnoarchaeological research about these populations. This article is based on the notion of ethnoarchaeology, which is a field of study of the material conditions of living populations. On this basis we address questions of mobility, seasonality and the use of space for fishing (fishery) in coastal communities of Rio Grande do Sul. Furthermore, the socio-anthropology of fishing provided what was necessary to understand the socio-cultural dynamic of these groups. Consequently, we adopt the proposal of Antonio Carlos Diegues that fishing is an element of social cohesion, i.e., it builds societies. Therefore, fishing is not only a question of production, but also the relationship of fishermen with their spatial environment. These spaces represent social constructs built through traditional knowledge. Through field observations it was possible to establish a model of utilization of the fishing spaces (fishery) for the region in two distinct periods: the flood period (fall and winter) and the drought period (spring and summer).

**Keywords:** Ethnoarchaeology. Fishermen. Seasonality.

---

SILVA, Lucas Antonio da. Com vento a lagoa vira mar: uma etnoarqueologia da pesca no litoral norte do RS. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, p. 537-547, maio/ago. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-81222015000200016>.

Autor para correspondência: Lucas Antonio da Silva. Avenida da Azenha, 509 - Apto 303. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. CEP: 90160-001. E-mail: las.arq@hotmail.com.

Recebido em 24/06/2014

Aprovado em 28/07/2015



## INTRODUÇÃO

A pesca no Rio Grande do Sul é uma atividade desenvolvida desde o início da ocupação da região costeira do estado. Desde o final do século XIX, se desenvolveram importantes pesquisas arqueológicas que contribuíram para a compreensão dessa ocupação da costa atlântica gaúcha (Kern, 1982; Kern *et al.*, 1985; Ruschel, 2003; Wagner, 2009; Rogge; Schmitz, 2010; Silva, 2012). Os vestígios dessa ocupação dos grupos de pescadores-coletores são conhecidos atualmente por sambaquis, que, de uma forma geral, são sítios arqueológicos compostos por materiais faunísticos (conchas e ossos), artefatos líticos lascados e ou polidos, e vestígios vegetais em menor escala. Ainda segundo essas pesquisas arqueológicas, esses grupos estavam adaptados a um ambiente costeiro, explorando os diversos recursos disponíveis em água doce (lagoas e banhados), salgada (mar) e terra. Nota-se, também, que os artefatos, como, por exemplo, anzóis de osso, pesos de rede e agulhas de pesca, estavam em sintonia com a exploração desses ambientes aquáticos, indicando uma relação estreita com a pesca.

Após esse período, segue-se a ocupação da região por grupos horticultores (Guaranis e Jês) que, segundo relatos etnohistóricos (César, 1981 *apud* Rodrigues, 1605), não apreciavam os recursos aquáticos. Contudo, para o Rio Grande do Sul, alguns dados arqueológicos indicam o uso de recursos aquáticos, especialmente a malacofauna (Rogge; Schmitz, 2010). A partir do período colonial, tem-se um processo intercalado de abandono e permanência das práticas pesqueiras na costa. Esse contexto se modifica a partir de meados do século XIX, onde é possível notar, através dos relatos de viajantes, a formação de comunidades permanentes de pescadores na região costeira<sup>1</sup>.

Visto esse quadro sintético da ocupação costeira no litoral norte do Estado, faz-se necessária a caracterização de Etnoarqueologia e de seus procedimentos metodológicos. Entende-se, inicialmente, tal como Kent (1984, 1987),

que a Etnoarqueologia não se define pela analogia, mas pelo esforço do arqueólogo em apreender os processos culturais em diversos aspectos, sejam eles tecnológicos, comportamentais, simbólicos, etc. (Silva, 2000, 2009a). Diante disso, adota-se o princípio de que a prática e o simbolismo, tal como o comportamento e a realidade material, são indissociáveis (Silva, 2009a, 2009b). Portanto, o estudo etnoarqueológico deve, mais do que gerar inferências sobre o passado, entender como se estabelecem as relações entre os indivíduos/pessoas e sua cultura material. Tal como propõe González-Ruibal (2009), a etnoarqueologia passa a ser uma arqueologia do presente, na medida em que sua preocupação se volta para a atualidade e não para o passado, configurando aquilo que o autor denominou como uma arqueologia simétrica, composta por: humanos, animais, coisas, etc.. (González-Ruibal, 2007) Por fim, essa arqueologia do presente (etnoarqueologia), segundo o autor, revela-se como uma importante ferramenta para a preservação dos grupos tradicionais e seus conhecimentos. Nesse sentido, busca-se no estudo etnoarqueológico transcender uma biografia da cultura material (González-Ruibal, 2003, 2009), relacionando pessoas, conhecimento, espaços, etc.

Em perspectivas mais atuais, sobretudo aquelas vinculadas às leituras sócio-antropológicas da cultura material, a etnoarqueologia passou a ser um importante campo para o desenvolvimento de perspectivas multivocais para a compreensão das possibilidades, ontologias e epistemologias envolvidas na relação entre cultura material e pessoas (Fewster, 2013). Essa multivocalidade, além de contribuir para o desenvolvimento de uma arqueologia simétrica, possibilita a defesa dos direitos das populações nativas diante do processo de globalização do capitalismo que é cada vez mais acelerado (González-Ruibal, 2003, 2007, 2009).

Mobilidade e a paisagem, segundo Bender (2001) e Ingold (2011), são elementos da experiência humana

<sup>1</sup> Para maiores detalhes sobre a formação dos núcleos de pescadores no litoral norte do RS ver Silva (2014).

que se relacionam com um mundo de movimentos, relações, memórias e histórias. Estes, somados aos lugares por onde se passa, contribuem para a construção de um pertencimento do mundo, sobretudo através dos sentidos – cheiro, sons, tato, etc. -, demonstrando que corpo e mente são inseparáveis. Essa experiência é, segundo Bender (2001) e David e Thomas (2008), de grande amplitude espacial e temporal, na medida em que movimentar-se ao longo da paisagem revela conhecimentos, sensações e sentimentos, criando assim, uma complexa e densa rede entre pessoas, coisas e lugares. Beaudry e Parno (2013) destacam que, a partir das leituras pós-processuais sobre estas temáticas<sup>2</sup>, tais como, Tilley (1994) e Thomas (1996), foi possível recolocar esse tipo de análise no centro dos trabalhos.

Além da importância dos sentidos e da experiência pessoal, tal como mencionado acima, Beaudry e Parno (2013), Bender (2001) e Bender e Winer (2001) destacam a necessidade de desnaturalizar as idas e vindas frenéticas do mundo globalizado, recolocando no debate sobre mobilidade e paisagem as relações políticas e de poder que permeiam a sociedade moderna. Com isso, de modo geral, deve-se inter-relacionar o movimento físico, suas representações, seus contextos sociais, políticos e econômicos em diferentes tempos e espaços.

A observação participante se define como um método de coleta de dados característicos das ciências sociais. Nela, o observador encontra-se face a face com os observados em seu cenário natural; sendo assim, o observador é parte deste contexto e, ao mesmo tempo, modifica e é modificado por ele (Cicourel, 1975; Foote-Whyte, 1975). Através desse contato e da aceitação do observador, desenvolve-se o trabalho em campo, e dele os discursos do antropólogo e do nativo devem estabelecer certa relação (Viveiros de Castro, 2002).

A observação foi conduzida junto aos pescadores da Barra do João Pedro. Esta comunidade se localiza no

município de Maquiné, litoral norte do Rio Grande do Sul, contando com cerca de 50 residências. Trata-se de um grupo de pescadores que realiza, majoritariamente, a pesca em água salobra<sup>3</sup>, em embarcações pequenas, organizados em núcleos familiares de trabalho e, portanto, se consideram pescadores artesanais, pois baseiam seu modo de vida na exploração do recurso pesqueiro de forma tradicional (Diegues, 2004). Tendo em vista que este trabalho é um prosseguimento de uma pesquisa de mestrado (Silva, 2012), foram feitas diversas observações desde o ano de 2011. De modo geral, esses períodos duraram em média de sete a dez dias com a possibilidade de permanência na residência dos pescadores. Dessa forma, mais do que um trabalho de observação, trata-se de uma imersão no modo de vida pescador. Além disso, tratou-se como prioridade para o trabalho acompanhar os deslocamentos diários dos pescadores em suas atividades embarcadas.

Diante dessa realidade, o presente artigo busca, através de uma perspectiva etnoarqueológica, compreender a mobilidade de um grupo de pescadores do presente. Considerando-se as pesquisas antropológicas desenvolvidas, sobretudo do ponto de vista conceitual, utilizando termos, como, por exemplo, conhecimento tradicional, mestranga, marcação, práticas de pesca, etc. Tendo em vista que se trata de um estudo etnoarqueológico, a observação participante foi uma estratégia importante para o levantamento dos dados e interpretações apresentadas a seguir.

## **SOBRE CONCEITOS E CATEGORIAS APLICADAS ÀS SOCIEDADES PESCADORAS**

Como exposto anteriormente, a antropologia da pesca é sem dúvida uma área fundamental do ponto de vista teórico para compreender as sociedades pescadoras. Inicialmente, deve-se destacar a proposta defendida por Diegues (2000, 2004) sob a qual a pesca é um fator de

<sup>2</sup> Segundo Beaudry e Parno (2013), trabalhos que foram fortemente influenciados pela Teoria Social e Fenomenologia.

<sup>3</sup> Contudo, observou-se a coleta de espécies marinhas como isca, como, por exemplo, a tatuíra e o marisco branco. Assim como, diversos relatos indicam que a prática da pesca em água salgada também é realizada, porém com frequência muito pequena.

coesão social e que, por essa razão, constrói sociedades. Adotando este princípio, acredita-se, antes de tudo, que o pescador além de explorar o meio ambiente, de um ponto de vista econômico, também possui manifestações simbólicas relacionadas aos fenômenos que este observa em suas atividades diárias. Portanto, a pesca deve ser compreendida em um sentido mais amplo, como, por exemplo, sob a ideia de uma Haliêutica, ou seja, de uma arte da pesca, que englobe tanto fatores econômicos, simbólicos, sociais e culturais (Wagner; Silva, 2013).

Ainda que existam diversos conceitos para compreender a pesca como uma atividade social e que, por isso, reúne os indivíduos sob uma mesma ideologia (Mourão, 2003), torna-se necessária, para este trabalho, a compreensão de quatro características intrínsecas a comunidades de pescadores (Diegues, 2000; 2004): o conhecimento tradicional, o território, a mestranga e a marcação.

Entendido como a base para o desenvolvimento da atividade pesqueira, o conhecimento tradicional, segundo Diegues (2004), é um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente e pela observação dos mestres nessas comunidades. Decorrente da vivência com o território explorado, os pescadores criam conceitos e imagens sobre o ambiente aquático. Nesse sentido, o conhecimento tradicional reúne a reprodução desse modo de vida e as relações simbólicas que os pescadores estabelecem com esse território. O autor também destaca os diversos temas do conhecimento tradicional, como, por exemplo, a classificação das espécies de peixes e de seus comportamentos, o domínio das condições climáticas, das técnicas de pesca, a marcação de pesqueiros<sup>4</sup>, etc.

O território, tal como propõe Begossi (2004), Diegues (1997, 1998, 2000, 2004) e Maldonado (1994), se caracteriza por uma porção do meio físico e do espaço sobre o qual

uma determinada sociedade reivindica o controle ou uso dos recursos existentes nesse local. Esse território, além de fornecer os meios para subsistência, é caracterizado pela materialização das relações sociais de uma determinada sociedade e, ao mesmo tempo, pela imaterialidade das representações que cada grupo possui destes espaços. Sendo assim, o conceito de território tanto pode estar relacionado a uma realidade geográfica, quanto às representações sobre estas. Tal como visto anteriormente, se o conhecimento tradicional auxilia na manutenção desse espaço<sup>5</sup> pode-se afirmar que território também é conhecimento. Portanto, territórios são usados, defendidos e pensados.

O domínio desse conhecimento tradicional, baseado na observação dos fenômenos naturais (Diegues, 1997, 1998, 2000, 2004), encontra-se na figura do mestre<sup>6</sup> que, segundo Maldonado (1994), caracteriza-se por uma pessoa que congrega todo o conhecimento cognitivo e prático relacionado à pesca e ao ambiente explorado. A mestranga, ou seja, o ato de ser mestre verifica-se também na prática cotidiana. De modo geral, ter sucesso na pescaria representa uma série de escolhas acertadas do mestre, passando pela escolha do pesqueiro, da técnica, etc. Por conseguinte, como destaca Maldonado (1994, 2000), a “tomada de decisão” é a essência da mestranga por influir diretamente para o sucesso ou fracasso da pescaria.

O mestre, além de conduzir as pescarias, também é responsável pela transmissão desse conhecimento tradicional aos mais jovens. Diegues (2004) destaca que esse processo pode ocorrer de duas maneiras: diretamente, em que os mestres ensinam os mais jovens através de instruções, também conhecido como aprendizado formal; ou informalmente, quando os jovens observam o mestre e se apropriam de suas atitudes. Ainda segundo o autor, no caso da pesca em Galinhos (RN) (Diegues, 2000), nota-se que o

<sup>4</sup> Pesqueiros são os locais onde se desenvolve a captura do pescado, geralmente, são espaços onde tradicionalmente concentram-se cardumes de peixes.

<sup>5</sup> A manutenção desse espaço é conhecida como territorialidade (Maldonado, 1994).

<sup>6</sup> Em algumas localidades no Rio Grande do Sul essa figura também é conhecida como veterano.

aprendizado informal é mais utilizado que o formal. Isso demonstra, de certo modo, que o conhecimento é fundamental para a pesca e, portanto, o *segredo* (Maldonado, 1994) também é uma prática de diversos mestres que, segundo Maldonado (1994), é uma forma de apropriação do conhecimento tradicional e de codificação da comunicação entre os pescadores; ou seja, uma linguagem da pesca que é compreendida pelos pescadores de uma mesma região.

Constituindo-se como um fenômeno universal a todos os pescadores a marcação, ou seja, o ato de marcar pesqueiros se caracteriza pela delimitação de espaços propícios para a pesca (Maldonado, 1994, 2000). Considerada como uma prática social, produtiva e simbólica, a marcação é um dos fatores de manutenção e construção do território de pesca. Segundo Maldonado (1994), a marcação faz parte do conhecimento tradicional de um pescador sobre o ambiente explorado e é, nesse sentido, que a figura do mestre concentra nessa prática sua capacidade de leitura das condições de pesca. Como visto anteriormente, a escolha de um local de pesca, que implica a marcação, pode ser decisiva para o resultado da pescaria. Sendo assim, a marcação se configura em uma prática determinante para o status do mestre diante do restante dos pescadores.

A utilização, a marcação e a manutenção desses pesqueiros implicam disputas e conflitos com outros pescadores (Adomilli, 2002, 2007; Diegues, 1997, 1998, 2000, 2004; Maldonado, 1994, 2000). Isso se deve a impossibilidade de delimitar com precisão o meio aquático e, também, o caráter de uso comum das águas. A indivisibilidade dos mares, rios, lagos e lagoas contribui para conflitos por pesqueiros que apresentam bons resultados em volume de pescado. Acrescenta-se a isso a disputa de espaços aquáticos com embarcações de lazer, como jetskys e lanchas, que eventualmente cortam redes, atrapalham o lançamento das mesmas e dos espinhéis.

A navegação também pode ser apontada como um fator diferencial para a pesca (Maldonado, 1994; Sautchuk, 2007). Nesta, inclui-se, uma série de fatores que influenciam a dinâmica do mundo das águas, como, por exemplo, a ação dos ventos, cheias e vazantes, vegetação aquática, pedras, etc. Em contrapartida, as práticas náuticas de pesca buscam o melhor deslocamento enfrentando essas condições naturais que, embora pareçam sempre adversas, muitas vezes podem contribuir para o lançamento das redes, espinhéis, deslocamento, etc. Contudo, na maioria das vezes, nota-se que esses fatores apresentam riscos à navegação e à pesca. Portanto, observa-se que a imprevisibilidade da pesca se reflete nas práticas náuticas, pois as condições climáticas e ambientais se mostram uma preocupação recorrente para a pesca e a utilização de determinados pesqueiros (Silva, 2012)

A compreensão dessas características acima destacadas – conhecimento tradicional, mestrança e marcação – contribuíram para o desenvolvimento do trabalho de observação etnográfica, assim como para a análise dos dados obtidos entre fevereiro de 2011 e outubro de 2013.

## MOBILIDADE E SAZONALIDADE NA BARRA DO JOÃO PEDRO (MAQUINÉ, RS)

Como visto anteriormente, a comunidade de pescadores da Barra do João Pedro está localizada no município de Maquiné, no litoral norte do Rio Grande do Sul. Considera-se importante, além de uma descrição geográfica, uma caracterização produtiva e social da pesca nessa região do Estado. Inicialmente, deve-se destacar que, assim como a maioria dos grupos de pescadores do litoral norte<sup>7</sup>, a Barra do João Pedro se caracteriza como uma *comunidade costeira* (Diegues, 2004), ou seja, pela pesca em águas abrigadas e no “mar raso”, utilizando de forma generalizada os recursos aquáticos disponíveis na região, seja de água doce, seja de água salgada.

<sup>7</sup> Exceto o caso dos pescadores que realizam a atividade no “mar de fora”, com grandes embarcações explorando os recursos estritamente marinhos. Estes se concentram na região de Tramandaí e Torres, em ambos municípios utilizam os canais e barra dos rios para acessar o mar.

A atividade pesqueira, baseada no núcleo familiar<sup>8</sup>, caracteriza-se por uma pequena produção mercantil (Diegues, 2004), ou seja, realizam a pesca para o comércio com a população próxima. Cabe destacar que o consumo do pescado pelos pescadores é um fator muitas vezes observado e recorrente nesse grupo. O consumo não se restringe à carne do peixe, mas também se verificou o aproveitamento da moela e ovas de algumas espécies. As atividades se dividem em dois espaços distintos: a água e a terra. Na água, através de pequenas embarcações motorizadas – e no máximo com dois indivíduos<sup>9</sup> –, realiza-se a pesca com redes, espinheis e, raras vezes, com tarrafas. Em terra, as atividades são diversas. Nesse momento, observa-se o papel relevante das mulheres para a organização social e produtiva desse grupo. Atribui-se a estas as habilidades de limpeza dos peixes, do comércio e da organização da vida em terra que, em muitos casos, como relataram alguns pescadores, supera a de muitos homens.

Diante dessa divisão, tratada aqui de uma forma geral, entre espaços aquáticos e terrestres que, grosso modo, formam território, desdobram-se uma série de outras características quanto à utilização desses locais. Entende-se, antes disso, que não se trata apenas de uma questão produtiva, mas também da relação de vida que estes indivíduos possuem com estes espaços. Certa vez, perguntado sobre o porquê nominavam e utilizavam determinados pesqueiros, um pescador respondeu que “meu pai já pescava ali e sempre dava muito peixe...” (03/08/2011). Isto demonstra que a utilização desses espaços se baseia também no processo de aprendizado com os mestres do passado. Nota-se, portanto, que estes espaços são construídos socialmente através do conhecimento tradicional.

Diante disso, a utilização dos pesqueiros – compreendida como uma expressão do conhecimento cognitivo e prático desses pescadores – é importante para se perceber que o conhecimento dos fatores ambientais se mostra importante para a utilização desses espaços<sup>10</sup> (Ferreira, 2012). Sendo assim, os impactos da sazonalidade sobre a atividade pesqueira são notados também através do estudo da mobilidade e da utilização do espaço nestes grupos. Durante os trabalhos de campo, através de diversos diálogos e pescarias acompanhadas, pode-se destacar três fatores ambientais de impacto direto sobre a pesca: o ciclo das águas, a temperatura do ambiente e o vento.

Em grande parte, o ciclo das águas – caracterizado pelas épocas de cheia e vazante – diferencia-se dos ciclos de maré em regiões estuarinas (Sautchuk, 2007). Nessas regiões, atribui-se o movimento das águas a ciclos lunares. Contudo, na Barra do João Pedro, os pescadores atribuem o ciclo das águas à dinâmica dos ventos e das chuvas. Segundo eles, o vento sul e suas derivações, favorecem o represamento das águas e o surgimento dos banhados. Em contraponto, o vento norte e suas derivações contribuem para o escoamento e diminuição do nível das águas.

A temperatura do ambiente indica o melhor peixe para ser pescado. Segundo os pescadores, dias mais frios favorecem, por exemplo, a pesca do bagre. Enquanto dias mais quentes, o jundiá e a traíra são mais recorrentes. Entretanto, isso não é uma regra, tendo em vista que a temperatura do ambiente não é o principal fator apontado como definidor da pesca (Silva, 2012).

O vento, apontado como o principal fator de influência na pesca, é uma preocupação recorrente para esses pescadores. Este influencia diretamente na navegação e na escolha do pesqueiro. Atribui-se a ele diversos relatos de

<sup>8</sup> Entende-se como núcleo familiar os indivíduos que moram na mesma residência, com vínculos mais estreitos, geralmente são pais, filhos e avós que se envolvem em alguma etapa produtiva da pesca.

<sup>9</sup> Nas observações realizadas até então, é perceptível que sempre havia um mestre na embarcação conduzindo a pescaria. Ainda que sozinhos, ou acompanhados por um pescador mais jovem, não são raras as vezes que diversas embarcações saem em conjunto para pescar em regiões mais distantes.

<sup>10</sup> Conforme a autora, esses fatores socioambientais (conhecimento-fenômenos naturais) fazem parte do cotidiano dos pescadores. Além disso, auxiliam na construção da história destas pessoas.

naufrágios e pescarias sem sucesso. Nota-se que diariamente a escolha dos pescadores se define, prioritariamente, pela direção e intensidade do vento. Por exemplo, se o vento é nordeste, é necessário lançar a rede no sentido nordeste-sudoeste, de modo que este auxilie no deslocamento da embarcação e deixe a rede esticada. Para recolher a rede, o movimento é contrário ao vento, de modo que o pescador possa recolher e despescar<sup>11</sup> a rede<sup>12</sup>.

No entanto, como todos os fatores que foram destacados, isso não deve ser considerado uma regra, pois, acrescenta-se a isto, o que diversos autores chamam de imprevisibilidade da pesca (Diegues, 1998, 2000, 2004; Maldonado, 1994, 2000; Adomilli, 2002, 2007; Mourão 2003). Diante das mudanças climático-ambientais bruscas, as quais os pescadores estão sujeitos, nem sempre essas

condições ideais de pesca vão ser reproduzidas. Além disso, o fenômeno conhecido pelos pescadores da região como “viração” representa uma mudança rápida de um contexto favorável para desfavorável na pesca. Na barra do João Pedro, atribui-se este fenômeno à mudança no vento. Nesse sentido, cabe ao mestre, diante dessa imprevisibilidade, utilizar seus conhecimentos para realizar uma pescaria com o melhor resultado possível.

Visto esses fatores e suas implicações ao longo do tempo nesse grupo, nota-se a existência de um modelo sazonal de pesca com dois períodos distintos: a época de cheia e a época de vazante (ver figura 1).

A primeira delas se caracteriza pelo aumento significativo do nível das águas, alagando grande parte das áreas próximas aos rios e lagoas entre os meses de abril

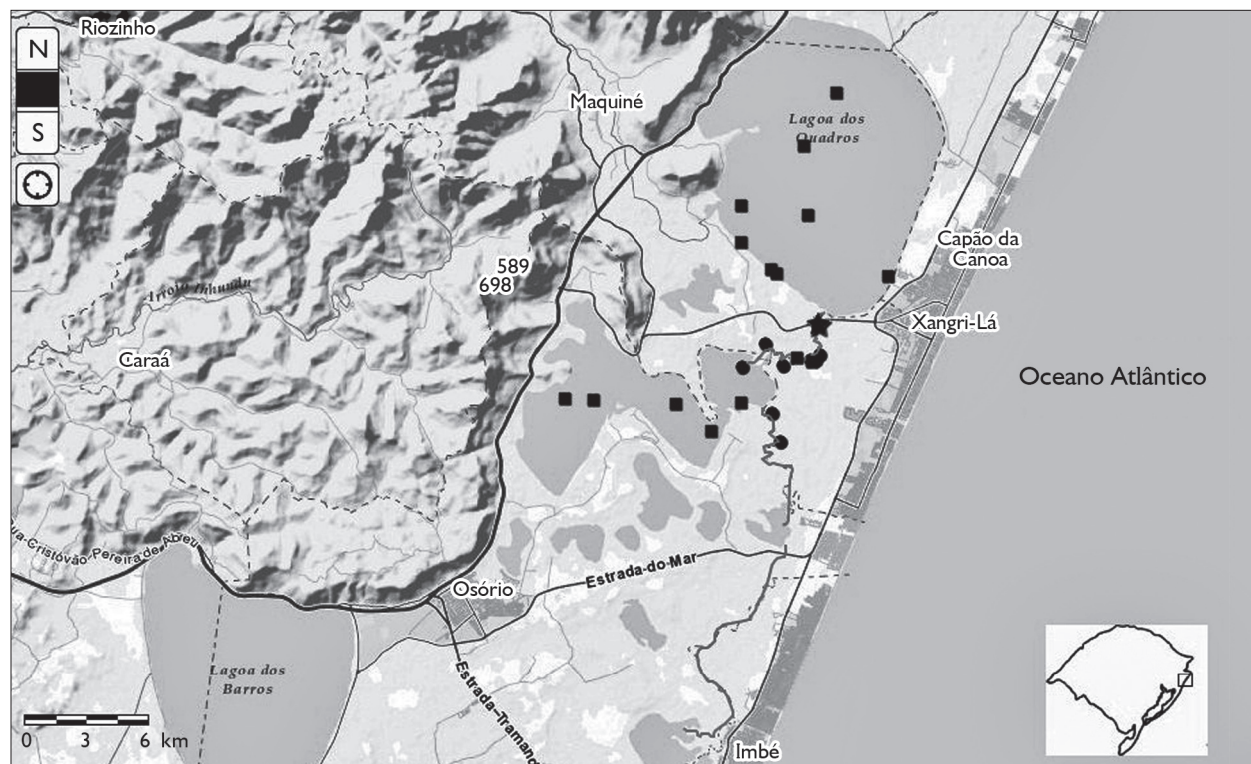


Figura 1. A estrela representa a comunidade, os círculos os pescadores de cheia e os quadrados os de vazante.

<sup>11</sup> Retirar o peixe da rede.

<sup>12</sup> Essa dinâmica só é possível, pois a rede fica presa a duas fateixas (similar a uma âncora, poita), uma em cada extremidade. Por isso, de modo geral, fala-se que a rede está apoiada.

e outubro. A formação dessas áreas alagadas, conhecidas como banhados, coincide com o período de maior intensidade dos ventos e temperaturas mais baixas (ver figura 2). Segundo os pescadores, essas condições, aliadas ao deslocamento dos peixes para essas áreas, é o motivo pelo qual se explora, prioritariamente, os banhados e rios em detrimento das grandes lagoas. Estas oferecem riscos durante a navegação, assim como a colocação das redes, já que são consideradas locais onde o vento se potencializa.

Do ponto de vista prático, a utilização de redes em banhados visa à captura de espécies como a traíra, o jundiá, o cará, a tainha. A pesca da tainha conta com a habilidade do pescador em observar alguns marcos na paisagem, “o lugar de colocar a rede de tainha é onde tem limo, é o que ela come” (24/10/2011). Além disso, a utilização de espinhéis<sup>13</sup> nos rios possibilita a captura das espécies mencionadas e também do bagre. Contudo, é nesse período que se verifica a maior exposição dos pescadores aos fatores ambientais anteriormente referidos. Durante algumas observações, sequer os pescadores saíam de suas casas, dada a intensidade do vento.

A época de vazante se caracteriza pelo período de diminuição do nível das águas. Além disso, os fatores ambientais (temperatura e vento) se tornam mais amenos. Durante essa época, são raras as vezes que o pescador se encontra fora da atividade pesqueira, se não está na água, a manutenção das tralhas de pesca<sup>14</sup> é feita continuamente. Ainda que as condições sejam menos instáveis nessa época, virações acontecem com frequência na região. Diante disso, os pescadores buscam locais, onde a intensidade do vento é menor. Esses locais, conhecidos como “reversa”, é a explicação, segundo os pescadores, para a alternância entre a lagoa dos Quadros e as lagoas “de baixo”<sup>15</sup> (ver figura 3).



Figura 2. Pescaria realizada no dia 29/10/2013, próximo à lagoa das Malvas. Foto do autor.



Figura 3. Pescaria na lagoa dos Quadros (21/02/2011).

Diante desse contexto, observou-se que durante a época da vazante existe uma maior utilização de toda a área de pesca. Na medida em que o vento favorece a navegação e o acesso a regiões mais distantes, é comum observar deslocamentos próximos de vinte a trinta quilômetros<sup>16</sup> (Silva, 2012). Também é comum, embora pouco observado, a utilização de pesqueiros de cheia

<sup>13</sup> O espinhel consiste em uma linha principal com várias linhas auxiliares (empates), nestas, ficam os anzóis geralmente iscados com lambaris ou caramujos do rio. Ver Silva (2012).

<sup>14</sup> Termo utilizado pelos pescadores para designar o conjunto de materiais utilizados na pesca. Redes, espinhéis, motores das embarcações, barcos, canoas, etc.

<sup>15</sup> Quando se vai da comunidade em direção ao sul se desce o rio. Subir o rio significa ir em direção ao norte e a lagoa dos Quadros. (16/02/2011).

<sup>16</sup> Geralmente, nesses deslocamentos, se pernoita em um acampamento próximo as redes. No outro dia, antes de nascer o sol, recolhe-se o material de pesca e voltam para casa.



que permanecem alagados nessa época. Além disso, a utilização dos pesqueiros nas lagoas volta a ser uma prática durante esse período. Nesses locais, a marcação se dá por referenciais geográficos externos aos corpos d'água, sendo este um fenômeno recorrente na pesca costeira (Maldonado, 1994, 2000). Isto fica claro, quando o pescador, por exemplo, diz que *"vo pescar lá na altura do morro"* (05/02/2013) se referindo a um pesqueiro próximo ou alinhado ao morro pelo leme da embarcação. Isto decorre da fluidez do meio aquático que inviabiliza a marcação rígida dos espaços de pesca.

Quanto às práticas de pesca, não há uma modificação considerável. Utiliza-se a rede, o espinhel e, em casos fortuitos a tarrafa. Assim como nas técnicas, não há uma variação de espécies pescadas, exceto pelo bagre, que durante esse período fica proibida sua pesca, pois é sua época de reprodução. É importante destacar que do dia 1º de novembro a 31 de janeiro a pesca é proibida, já que se trata do período de piracema previsto em lei. Nessa época de "pesca fechada"<sup>17</sup>, os pescadores recebem o seguro-defeso, que se caracteriza por uma assistência financeira temporária do governo federal para esse período.

Por fim, deve-se acrescentar que a imprevisibilidade atua de forma constante dentro desse modelo sazonal de cheia e vazante. É comum observar enchentes na época de vazante e seca em épocas de cheia<sup>18</sup>. Além disso, períodos de extrema escassez de peixe já foram relatados pelos pescadores. Quando esse fenômeno ocorre, geralmente, busca-se outra região para a pesca. A lagoa dos Patos é apontada como a possibilidade de melhores resultados nesse período, principalmente na região do município de Mostardas e Palmares do Sul. Apesar de não se ter acompanhado esse deslocamentos até então, os pescadores indicam que esses locais são sempre uma alternativa para tempos difíceis na pesca.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse modelo sazonal de cheia e vazante é possível perceber relações entre meio ambiente, espaços de pesca e pescadores. A atuação destes na região costeira é marcada por uma relação estreita com os fenômenos naturais (Ferreira, 2012). Nesse contexto de imprevisibilidade, mostra-se necessário o conhecimento dos ventos, do ambiente aquático e da terra. A figura do mestre se destaca por reunir tais conhecimentos e buscar as alternativas mais adequadas para enfrentar essas condições adversas. O que se propõe aqui é compreender a pesca como uma atividade complexa que organiza os indivíduos em torno de uma Haliêutica, ou seja, uma arte da pesca (Wagner; Silva, 2013, 2014) que reúne todos os elementos que, como visto anteriormente, caracteriza esses grupos de pescadores costeiros. Nesse sentido, o estudo dos espaços utilizados pelos pescadores reflete, em parte, a capacidade destes de pensar o ambiente em seu entorno.

Além disso, é possível afirmar, através dos dados apresentados, que não há um impacto da sazonalidade nas técnicas de pesca e nas espécies pescadas. Contudo, esta se reflete diretamente na utilização dos pesqueiros e na mobilidade desse grupo. Esse impacto é determinado através dos três fatores ambientais anteriormente citados. O ciclo das águas que desloca os peixes, a temperatura que favorece determinadas espécies e, por fim, o vento que é o fator principal de mobilidade e uso dos pesqueiros. Portanto, pensar um local de "reversa", assim como aproveitar o vento para a colocação de redes, espinhéis e para a navegação reflete o conhecimento tradicional construído nesse ambiente.

Diante desse panorama, se compreende que, mais do que uma atividade produtiva, a pesca deve ser encarada como conhecimento. Este é construído, de modo geral,

<sup>17</sup> Termo utilizado pelos pescadores para indicar o período de proibição da pesca.

<sup>18</sup> A época de cheia do ano de 2013 foi marcada por um período de forte seca. Segundo os pescadores, isso afetou a reprodução dos peixes e dificultou a pesca durante essa época (30/10/2013).

através das relações sociais e da convivência com espaços e condições naturais distintas. Entretanto, esta pesquisa não se encerra aqui. Entende-se que, por demandar observações etnográficas, a pesquisa etnoarqueológica exige um diálogo com os agentes em estudo. Portanto, o prosseguimento do projeto se torna fundamental para a resolução de outras questões vinculadas aos grupos de pescadores costeiros. Além disso, ainda é necessário compreender os deslocamentos para a Lagoa dos Patos, observando se essa região, ainda que utilizada apenas em períodos de escassez no litoral norte, se configura em uma parte do território desses pescadores.

## REFERÊNCIAS

- ADOMILLI, G. **Trabalho, meio ambiente e conflito**: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe-RS. 2002. 114 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- ADOMILLI, G. **Terra e mar, do viver e do trabalhar na pesca marítima**: tempo, espaço e ambiente junto a pescadores de São José do Norte –RS. 2007. 343 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- BEGOSSI, A. (Org). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.
- BEAUDRY M.; PARNO, T. Introduction: mobilities in contemporary and historical archaeology. In: BEAUDRY M.; PARNO, T. (Ed.). **Archaeologies of mobility and movement**. New York: Springer, 2013. p. 1-16.
- BENDER, B. Landscapes on the move. **Journal of Social Archaeology**, London, v.1, n. 75, p.75-89, jun. 2001.
- BENDER, B.; WINER, M. **Landscape, politics and perspectives**. Oxford: Berg editorial offices, 2001.
- CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, A. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975. p. 87-122.
- CESAR, G. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2. ed. 1981.
- DAVID, B.; THOMAS, J. Landscape Archaeology: introduction. In: \_\_\_\_\_. **Handbook of landscape archaeology**. Walnut Creek: Left Coast Press, 2008. p. 27-43.
- DIEGUES, A. (Org). **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1997.
- DIEGUES, A. **Ilhas e mares**: simbolismo e imaginário. São Paulo: HUCITEC, 1998, v.1.
- DIEGUES, A. C. (org.) **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec; São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.
- DIEGUES, A. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.
- FERREIRA, M. “Eu tirava conclusão de uma nuvem pra outra”: Uma reflexão sobre histórias, saberes e culturas da pesca artesanal em Arraial do Cabo. **Revista de História Oral**, v. 1, n. 15. p. 9-34, jan./jun. 2012.
- FEWSTER, K. The relationship between ethnoarchaeology and archaeologies of the contemporary past: a historical investigation. In: GRAVES-BROWN, P; HARRISON, R; PICCINI, A. **The Oxford handbook of the archaeology of the contemporary world**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 27-39.
- FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: ZALUAR, A. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975. p. 77-86.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. **La experiencia del Otro**: uma introducción a la etnoarqueología. Madrid: Akal, 2003.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. The past is tomorrow: towards an archaeology of the vanishing presente. **Norwegian Archaeological Review**, London, v. 39, n. 2, p. 110-120, jan. 2007.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, J.; DOMINGO, I.; ASKARRÁGA, J.; BONET, H. (Coord.). **Mundos tribales**: una visión etnoarqueológica. Valencia: Museo de Prehistoria, 2009. p. 16-27.
- INGOLD, T. **Being alive**: essays on movement, knowledge and description. New York: Routledge, 2011.
- KENT, S. **Analyzing activity areas**: an ethnoarchaeological study of the use of space. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1984.
- KENT, S. (Org.). **Method and theory for activity area research**: an ethnoarchaeological approach. New York: Columbia University Press, 1987.
- KERN, A. Paleo-paisagens e povoamento Pré-histórico do Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 154-208, dez. 1982.
- KERN, A.; LA SALVIA, F.; NAUE, G. Projeto arqueológico do litoral setentrional do Rio Grande do Sul: o sítio arqueológico de Itapeva Torres. **Veritas**, Porto Alegre, v. 30, n. 120, p. 571-586, 1985.
- MALDONADO, S. **Mestres e mares, espaço e indivisão na pesca marítima**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1994.

MALDONADO, S. O caminho das pedras: percepção e utilização do espaço marinho na pesca simples. In. DIEGUES, A. C. (Org): **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec; São Paulo: NUPAUB-USP, 2000. p. 59-68.

MOURÃO, F. **Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo**. São Paulo: Hucitec; São Paulo: NUPAUB-USP, 2003.

ROGGE, J; SCHMITZ, P. Projeto Arroio do Sal: a ocupação indígena pré-histórica no litoral norte do RS. **Pesquisas. Antropologia**, São Leopoldo, v. 68, p. 167-225, 2010.

RUSCHEL, R. R. Sítios Arqueológicos de Torres. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, v. 27, n. 38, p. 69-110, jul./dez. 2003.

SAUTCHUK, C. **O arpão e o anzol, técnica e pessoa no estuário do Amazonas (vila Sucuriju, Amapá)**. 2007. 307 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, F. **As Tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asuriní do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica**. 2000. 244 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, F. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. **Métis (UCS)**, Caxias do Sul, v. 8, n.16, p. 121-139, jul./dez. 2009a.

SILVA, F. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n.1, p. 27-37, jan./abr. 2009b.

SILVA, L. **Pescadores da Barra do João Pedro, um estudo etnoarqueológico**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SILVA, L. História e desenvolvimento da atividade pesqueira no litoral norte do Rio Grande do Sul (SÉCULO XVII-XX). **Oficina do Historiador**, v. 7, n. 1, p. 85-105, jan./jun. 2014.

THOMAS, J. **Time, culture and identity: na interpretative archaeology**. London: Routledge, 1996.

TILLEY, C. **A phenomenology of landscape: places, paths and monuments**. Oxford: Berg Publishers, 1994.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 113-148, jan./abr. 2002.

WAGNER, G. **Sambaquis da barreira da Itapeva uma perspectiva geoarqueológica**. 2009. 222 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WAGNER, G; SILVA, L. Maritimidade, haliêutica e a arqueologia dos sambaquis. **Tempos Acadêmicos**, Criciúma, v. 1, n.11, p. 54-67, jul./dez. 2013.

WAGNER, G.; SILVA, L. Prehistoric maritime domain and Brazilian shellmounds. **Archaeological Discovery**, v. 2, n.1, p. 1-5, jan. 2014.